UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CENTRO DE SELEÇÃO
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL EM SAÚDE – COREMU/UFG
EDITAL Nº 02/2022

PROCESSO SELETIVO SUPLEMENTAR PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (HC/UFG), RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM MEDICINA VETERINÁRIA NOS HOSPITAIS VETERINÁRIOS DA ESCOLA DE VETERINÁRIA E ZOOTECNIA DA UFG E UFJ – 2022

ANEXO II – PROGRAMAS DAS PROVAS E BIBLIOGRAFIA

CONHECIMENTOS COMUNS PARA TODOS PROGRAMAS
SAÚDE PÚBLICA – 15 QUESTÕES

- Trajetórias das Políticas de Saúde no Brasil. Determinantes sociais da saúde.
- Sistema Único de Saúde: princípios doutrinários e organizativos e arcabouço jurídico normativo.
- Política Nacional de Humanização.
- Política de Atenção à Saúde da Criança, do Adolescente e Jovem, da Mulher, do Homem e do Idoso.
- Gestão em Saúde: instrumentos e mecanismos de governança do sistema e estratégias de gerenciamento (planejamento, monitoramento, avaliação e regulação). Controle social.
- Redes de Atenção à Saúde: a estruturação do sistema segundo seus níveis de densidade tecnológica e a organização dos serviços na lógica das redes assistenciais. Papel da Promoção da Saúde como estratégia indutora de políticas intersetoriais para melhoria da qualidade de vida. Educação permanente em saúde.
- Vigilância (em, na e da) Saúde: vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental. Os conceitos de Risco e Vulnerabilidade e o monitoramento de grupos populacionais e agravos de maior prevalência
- Segurança do Paciente.
- Trabalho multiprofissional e interprofissional nas ações de saúde.
- Ética e bioética.
- As minorias sociais e a luta política pela igualdade.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, TAM; VASCONCELOS, ACCP; PESSOA, TRRF; FORTE, FDS. Multiprofissionalidade e interprofissionalidade em uma residência hospitalar: o olhar de residentes e preceptores. Interface (Botucatu). 2017; 21(62):601-13. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/XNR9GMyVnXx6v85LVPk3kLy/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia Básica. Cesar, J, A. [tradução e revisão científica] 2 ed. São Paulo, Santos. 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/43541/5/9788572888394_por.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BORDE, E.; HERNANDEZ-ALVAREZ, M.; PORTO, M. F. S. Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana. Saúde debate, Rio de Janeiro, v.39, n.106, p.841-854, Sept. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39n106/0103-1104-sdeb-39-106-00841.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 82 p.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, Monitoramento e Acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015 (PNPM), 2016. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812p. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/fevereiro/06/guia-vigilancia-saude-atualizado-05-02-15.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto n. 7508, de 28 de junho de 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7508.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. Brasília, DF, 2006.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 154, de 24 de janeiro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt0154_24_01_2008.html. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2488, de 21 de outubro de 2011. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 64 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_compartilhada.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 2ª ed. Série B - Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p. Disponível em: http:// bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas - Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 92 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf. Acesso em: 17 agosto, 2021.
BRASIL. Ministério da saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do SUS. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html
Brasil. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 40 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010. 152 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad27.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. UNA-SUS|UNIFESP. Especialização em Saúde da Família. JUNQUEIRA, CR. Bioética. Disponível em:https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/2/unidades_conteudos/unidade18/unidade18.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Sistema de planejamento do SUS: uma construção coletiva: instrumentos básicos. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p.

Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno2_planejasus_2ed.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília. DF, 2010. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2011/img/07_jan_portaria4279_301210.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm. Acesso em: 17 ago. 2021. GUIA PRÁTICO PARA A GESTÃO MUNICIPAL
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Doenças não Transmissíveis. Guia de vigilância epidemiológica Emergência de saúde pública de Importância nacional pela Doença pelo coronavírus 2019 – covid-19 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Guia-de-vigila%CC%82ncia-epidemiolo%CC%81gica-da-covid_19_15.03_2021.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 2011. Link de acesso: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em 19 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 19 ago. 2021.
BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 19 ago. 2021.
BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra.pdf. Acesso em 19 ago. 2021
CUNHA, A M. A proteção às minorias no Brasil: uma análise da política de cotas aplicada à população Negra. Revista Eletrônica Jurídico-Institucional. Ano 7. n. 11. Jan/jun 2017. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Elet-MP-RN_n.11.01_1.pdf. Acesso em 19 ago. 2021.
GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Saúde. Portaria n. 164/2017. Institui a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde no município de Goiânia-Goiás. Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2017/do_20170719_000006613.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.
NUNES, E. D. Saúde Coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, G.W. S. et al (org). Tratado de Saúde Coletiva. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 17-38.
PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. 31p. 2011. Disponível em: https://actbr.org.br/uploads/arquivo/925_brazil1.pdf. Acesso em: 17 agosto, 2021.
PEDUZZI, M. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. Rev Saúde Pública 2001;35(1):103-9 103. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/PM8YPvMJLQ4y49Vxj6M7yzt/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
PEDUZZI, M; AGRELI, HF. Trabalho em equipe e prática colaborativa na Atenção Primária à Saúde. Interface (Botucatu) 22 (Suppl 2). 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/MR86fMrvpMcJFSR7NNWPbqh/?lang=pt#. Acesso em: 17 ago. 2021.
POLIGNANO, Marcus Vinícius. História das políticas de saúde no Brasil: uma pequena revisão. Disponível em: http://www.uff.br/higienesocial/images/stories/arquivos/aulas/Texto_de_apoio_3_-_HS-Historia_Saude_no_Brasil.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.
SILVA, E. P. et al. Projeto Terapêutico Singular como Estratégia de Prática da Multiprofissionalidade nas Ações de Saúde. Rev Bras Ciênc Saúde. 17(2):197-202, 2013. Disponível em: http://www.observasmjc.uff.br/psm/uploads/Projeto_Terap%C3%AAutico_Singular_como_Estrat%C3%A9gia_de_Pr%C3%A1tica_da_Multiprofissionalidade_nas_A%C3%A7%C3%B5es_de_Sa%C3%BAde.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA PROFISSIONAL
SERVIÇO SOCIAL – 15 QUESTÕES

- Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social.
- Serviço Social, trabalho e questão social.
- O projeto ético-político do Serviço Social e as bases históricas de sua constituição.
- Reforma Sanitária e Serviço Social
- Política Social e Serviço Social.
- Serviço Social e Controle Social no SUS.
- Trabalho do Assistente Social na saúde.
- Dimensão investigativa no Serviço Social.
- Dimensão técnico-operativa no Serviço Social.
- Residência multiprofissional em Saúde e Serviço Social.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro – Ruptura com o Conservadorismo. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BELLINI, M. I. B.; CLOSS, T. T. (orgs.) Serviço Social, Residência Multiprofissional e Pós-Graduação: a excelência na formação do Assistente Social. E-BOOK. Porto Alegre/RS: EdiPUCRS, 2012.

BRAVO, M. I. de S. Saúde e Serviço Social no Capitalismo: Fundamentos Sócio-Históricos. São Paulo: Cortez, 2013.

____. CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. Revista Serviço Social & Sociedade. n. 109. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p.126-150. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n109/a08n109.pdf. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRAVO, M. I. [et al]. Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

CASTRO, M. M. de C. Formação em Saúde e Serviço Social: as residências em questão. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre/RS: PUCRS, v.12, n.2, p.349-360, jul./dez., 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Residência em Saúde e Serviço Social: subsídios para reflexão. 2017. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-BrochuraResidenciaSaude.pdf. Acesso em: 01 de Juno de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na saúde. Nov. 2009. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2009/08/PARAMETROS-AS-NA-SAÚDE-VERSÃO-FINAL.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2018.

_____. ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Y. et. al. Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica. Campinas/SP: Papel Social, 2018.

LEAL, L. M; CASTRO, M. M. Política nacional de atenção hospitalar: impactos para o trabalho do assistente social. Revista Serviço Social & Saúde. Campinas, V. 16, n. 2, pp. 211- 228, 2017.

MATOS, M. C. de. Serviço Social, Ética e Saúde. Reflexões para o Exercício Profissional. São Paulo: Cortez, 2017.

MORAES, C. A. de S. As particularidades da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social.Revista Serviço Social & Sociedade nº 122. São Paulo, Cortez Editora, abr./jun. p.294-316, 2015.

_____. A viagem de volta: significados da pesquisa na formação e prática profissional. Revista Serviço Social & Sociedade nº 114. São Paulo, Cortez Editora, abr./jun. p.240-265, 2013.

SANTOS, C. M. dos; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.) A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 edição. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SENNA, M. de C. M. et. al.. Serviço Social na Saúde Coletiva: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: Garamond/ FAPERJ, 2012.

SILVA, L. B. et. al. Serviço Social, Saúde e Questões Contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

SILVA, L. da C.; BROTTO, M. E. Residência Multiprofissional em Saúde e ServiçoSocial: dilemas na formação e trabalho profissional. Revista em Pauta. Rio de Janeiro: UERJ, v.14, n.37, p126-149, 2016.

SOUZA, E. Â. De; SILVA, M. L. de O. e. (orgs.). Trabalho, Questão Social e Serviço Social, a Autofagia do Capital. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

VASCONCELOS, A.M. de. A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

ães e Gatos. São Paulo: Roca, 1 ed., 2013.